

*Dilemas do Nordeste**

Florestan Fernandes

Aos poucos, o governo atual retorna ao coche. As bravatas da "modernização" e da "pós-modernização" são enterradas, uma a uma, com desenvoltura espantosa. O "arcaico" irrompe com força e deita por terra as ilusões de uma campanha eleitoral, na qual a mídia se tornou, pela primeira vez, o veículo de fabricação do presidente. Depois de pular da boa fé para o bolso dos cidadãos, o candidato vitorioso sente-se cada vez mais livre para praticar um "neoliberalismo" rústico, de essência patrimonialista e retrógrada!

Apesar da aparência de realismo, a caracterização dos *Dois Brasis* de Jacques Lambert era simplista demais. O quadro global da periferia foi entendido com maior argúcia por Gunnar Myrdal, em alguns de seus livros e em especial em *O Drama Asiático* (1). Busquei ir além de ambas posições, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, examinando dialeticamente as artimanhas de uma classe dominante, que fez da *condição burguesa* e do *espírito capitalista* meios de autoprivilegiamento

* Texto produzido, originalmente, para a Folha de S. Paulo, em 27/11/90, porém não publicado devido a alterações na programação do jornal.

Florestan Fernandes - Professor emérito da USP e professor titular da PUC-SP. Deputado federal pelo PT-SP.

(1) LAMBERT, J. Os Dois Brasis. In: *Sociedade e Educação*, 11. Rio de Janeiro, INEP, 1959.

MYRDAL, G. *Asian Drama: an inquiry into the poverty of nations*. New York, Pantheon, 1968.



Desembarque de família de migrantes na Estação Roosevelt.

exclusivo e fatores de articulação entre o "arcaico", o "moderno" e o "ultramoderno" (2). Convertia-se a capitulação ao capitalismo mundial em excelente negócio para essa classe ultraminoritária.

A satelitização do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste pelo eixo Rio-São Paulo e, mais tarde, pelo complexo financeiro que incorporou São Paulo aos dinamismos de exploração externa e às formas oligopolistas de capitalismo associado, selou a permanência de uma situação neocolonial naquela vasta região do país. As elites econômicas, culturais e políticas das classes dominantes dessa região fomentaram uma propensão pseudopatriótica de "superação do subdesenvolvimento", através de incentivos fiscais e de uma enorme rede de intervenções governamentais para eliminar os efeitos do "atraso econômico, cultural e político". Com a exceção temporária da SUDENE, que marchou contra a corrente até o advento da ditadura militar, tais práticas visavam criar mecanismos cartoriais de reprodução do neocolonialismo, orientando para o exterior, para os capitalistas do Sul e para os privilegiados da própria região verdadeiras modalidades ilícitas de transferência da riqueza, da cultura e do poder.

O desenvolvimento desigual do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste constitui um grande dilema nacional: põe em risco o equilíbrio da Nação; contribui para

incentivar a perpetuação de modelos daninhos de paternalismo, clientelismo e mandonismo (impedindo até o combate à fome, a multiplicação de trabalho valorizado pelo mercado, a expansão da educação, a formação de democracia, etc.); e favorece o fortalecimento de animosidades separatistas potencialmente úteis a uma eventual coreização do país. Ora, essa gente do tope raramente encarou o desenvolvimento desigual de modo objetivo e construtivo, dando prioridade à auto-emancipação e à integridade da Nação como totalidade histórica. Ela o transformou na barreira psicológica da defesa agressiva de interesses espúrios, situando em primeiro lugar o seu forte privilegiamento como "donos do poder" (no sentido empregado por Raymundo Faoro) (3).

É terrível que os incentivos voltem à tona na política oficial, através da sugestão de um líder governista como Amaral Netto, encampada pelo senhor presidente. Devemos vencer e superar o desenvolvimento desigual a todo custo. Porém, não seguindo o velho esquema desmoralizado de atribuição de recursos públicos a indivíduos e firmas, que os drenam para fins destrutivos - egoísticos ou meramente particularistas. Há dois caminhos para fazer isso corretamente: ou pela via capitalista, como se fez, por exemplo, nos Estados Unidos, no caso do Tennessee Valley Authority, ou por técnicas sociais socialistas, impraticáveis em nosso país na situação existente. O que se pretende fazer constitui um acinte, um retorno grotesco a um passado indesejável. Por aí não só jogaremos dinheiro e grandes esperanças fora, mas também consentiremos que a chamada "era Collor" consagre marchas a ré históricas indignas e calamitosas.

(2) FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1974.

(3) FAORO, R. Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Ed. Globo, 1976.

(4) SOUZA, G. de. Collor tenta retomar apoio com incentivo ao NE. Folha de S. Paulo, São Paulo, 23.11.90.

futura metrópole industrial, é significativo que, em 1926, tenha sido lançado, em Recife - a capital mais desenvolvida do Nordeste - o Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre (5). O movimento de 1926 tem um sentido, de certa maneira, inverso ao de 1922, pois, ao contrário de exaltar a inovação que atualizaria a cultura brasileira em relação ao exterior, procurou preservar não só a tradição em geral, mas especificamente a de uma região economicamente atrasada.

O Manifesto Regionalista desenvolve basicamente dois temas interligados: a defesa da região enquanto unidade de organização nacional; e a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil, em geral, e do Nordeste, em particular.

Ao frisar a necessidade de uma articulação inter-regional, Freyre toca num ponto importante e atual, ou seja, como propiciar que as diferenças regionais convivam no seio da unidade nacional, em um país de dimensões continentais como o Brasil. Esse tipo de preocupação comparece também em trabalhos posteriores desse autor. Numa conferência realizada em 1944, nos Estados Unidos, e sugestivamente intitulada "Unidade e Diversidade, Nação e Região", ele afirma que "Uma região pode ser politicamente menos do que uma nação. Mas vitalmente e culturalmente é mais que uma nação; é mais fundamental que a nação como condição de vida e como meio de expressão ou de criação humana. Um filósofo, no legítimo sentido, tem que ser super ou supranacional; mas dificilmente ele pode ser supra-regional no sentido de ignorar as condições regionais da vida, da experiência, da cultura, da arte e do pensamento que lhe cabe julgar ou analisar" (6).

É justamente a uma conclusão semelhante que chegaram os modernistas a partir da segunda fase do movimento, quando se deram conta de que a única maneira de ser universal é ser nacional antes. Guardadas as proporções, o que Freyre está afirmando é que o único modo de ser nacional, num país de dimensões como o Brasil, é ser primeiro regional.

Entretanto seu modo de argumentar é, de certa maneira, o inverso dos modernistas, já que não está alicerçado numa atualização cultural através de valores modernos vindos do exterior, mas, ao contrário, na

crítica aos malefícios do progresso e da importação de costumes e de valores estrangeiros. Assim, por exemplo, ao analisar o Nordeste, ele afirma que essa região estaria perdendo a consciência de seus valores históricos e de suas possibilidades devido à padronização decorrente da conquista industrial do mundo e aos efeitos de influências semelhantes no Brasil.

Poder-se-ia argumentar que podem ser feitas, pelo menos, duas leituras do Manifesto Regionalista. A primeira o consideraria um documento elaborado por um intelectual representante de uma aristocracia rural, que vê a ordem social passar por transformações que colocam em xeque o padrão tradicional de dominação. Sua reação é de cunho tradicionalista e se assemelha à reação aristocrática frente às mudanças decorrentes da urbanização e da industrialização e que estavam vazadas numa crítica à perda de valores comunitários e da pureza cultural, que supostamente teriam existido no passado.

Nessa linha de interpretação, poder-se-ia dizer que, na defesa da região, existe uma estratégia de quem vê as oligarquias nordestinas perderem, cada vez mais, o poder e, por esse motivo, procura opor ao poder central uma união das periferias regionais. De modo semelhante, poder-se-ia buscar na defesa intransigente das tradições e valores populares uma posição saudosista, que tenta erigir uma cultura popular cristalizada na forma de símbolo de nacionalidade para contrapor a uma modernidade definida como estrangeira.

Sem descartar nenhum desses argumentos, uma segunda leitura ressaltaria, entretanto, que, por trás da orientação conservadora do Manifesto, estão temas que continuam sendo muito atuais no Brasil. É justamente na fusão de uma perspectiva conservadora com o levantamento de questões ainda não resolvidas no Brasil que reside a originalidade do Manifesto Regionalista.

De fato, o Manifesto suscita uma série de questões que são recorrentes em nossa história: estado unitário versus federação, nação versus região, unidade versus diversidade, nacional versus estrangeiro, popular versus erudito, tradição versus modernidade.

Continuamos discutindo a formulação de modelos para organizar a nação, sendo que esse debate acaba, inevitavelmente, passando pela discussão do que é nacional (e portanto autêntico para uns, mas atrasado para outros) e o que é estrangeiro (ou seja, espúrio para uns, mas moderno para outros). Em outras palavras, continuamos girando em torno da questão da identidade nacional, que é reposta e reatualizada à medida que novos contextos são criados.

A década de 30, no Brasil, longe de aumentar o poder das regiões, fez crescer a força centralizadora do

(5) Joaquim Inojosa afirma que o Movimento Regionalista não foi publicado em 1926, mas sim em 1952, data em que Gilberto Freyre provavelmente o teria redigido. Ver:

INOJOSA, J. *Pá de Cal*. Rio de Janeiro, Editora Meio-Dia, 1978.

O autor do Manifesto afirma que o texto foi lido em 1926 no Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo realizado em Recife e publicado em primeira edição em 1952. Ver:

FREYRE, G. *Manifesto Regionalista*. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976, p. 52.

(6) FREYRE, G. *Unidade e diversidade, Nação e região. Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1947, p. 140-141.

Estado nacional. A derrota da Revolução Constitucionalista de 1932 é um marco nesse processo. A tendência centralizadora acentua-se com a implantação da ditadura do Estado Novo.

É significativo que a constituição que marcou seu início tenha suprimido as bandeiras estaduais. Menos de um mês após a implantação do Estado Novo, em 1937, Vargas mandou realizar a cerimônia da queima das bandeiras estaduais na Esplanada do Russell, no Rio de Janeiro. Nesse ato, que marca, simbolicamente, uma maior unificação do país e um enfraquecimento do poder regional e estadual, foram hasteadas vinte e uma bandeiras nacionais em substituição às estaduais, que foram incineradas numa grande pira erguida no meio da praça, ao som do Hino Nacional tocado por várias bandas e cantado por milhares de colegiais, sob a regência de Heitor Villa Lobos, figura de destaque da semana modernista de 1922. A cerimônia da queima das bandeiras marca, no sentido ideológico, o enfraquecimento do poder regional e estadual, podendo ser considerada um ritual de unificação da nação sob a égide do Estado.

O Rio Grande do Sul, por ser o estado mais meridional do Brasil, mantém uma relação peculiar com o país. Constituído-se num território de fronteira, sua relação com o país caracteriza-se pela tensão entre autonomia e integração. As peculiaridades do Rio Grande do Sul contribuem para a construção de uma série de representações ao seu redor, que acabam adquirindo uma força quase mítica que as projeta até nossos dias e as fazem informar a ação e criar práticas no presente.

Apesar da diversidade interna do Estado (a ponto de um autor falar em "doze Rio Grandes")⁽⁷⁾, a tradição e a historiografia regional tendem a representar seu habitante através de um único tipo social: o gaúcho, o cavaleiro e peão de estância da região sudoeste do Rio Grande do Sul. Embora brasileiro, ele seria muito distinto de outros tipos sociais do país, guardando às vezes mais proximidade com seu homônimo da Argentina e do Uruguai. Na construção social da identidade do gaúcho brasileiro, há uma referência constante a

elementos que evocam um passado glorioso, no qual se forjou sua figura e cuja existência seria marcada pela vida em vastos campos, a presença do cavalo, a fronteira cisplatina, a virilidade e a bravura do homem ao enfrentar o inimigo ou as forças da natureza, a lealdade, a honra, etc.

No processo de glorificação do gaúcho, que faz parte da construção social de sua identidade, torna-se necessário distingui-lo de seu homônimo de outros países. Assim, em 1927, procurando traçar as aproximações entre o gaúcho rio-grandense e o gaúcho platino, Jorge Salis Goulart afirmou que "O 'gaúcho malo' é uma criação da pampa platina. Esse tipo 'sui generis' que briga tão-somente pelo gosto de brigar, eterno inimigo da sociedade e da justiça, guerreiro indomável e aventureiro, dominado pelo vício do jogo e pelo amor da luta cruenta, herói anônimo do Pampa, é peculiar às populações castelhanas. O rio-grandense não. É sóbrio, é ordeiro, embora nunca tema afrontar o inimigo para que seja mantida a sua organização social. A longa série de fatos cruentos que a história do Prata registra é completamente alheia à história do Rio Grande do Sul. (...) O gaúcho platino é um rebelado contra a sociedade e as leis que a dominam. O caudilho que chega à suprema governança não visa o bem público porque ele o não compreende. Todas as prerrogativas estão na sua personalidade de autocrata rude e bronco. O rio-grandense é o contrário. Em [18]35 ele se rebela para dar à sua terra um governo mais seguro, mais de acordo com as necessidades do seu povo" (8).

É interessante notar que, à época em que essas afirmações foram feitas, a Revolução Farroupilha (1835-1845) estava completando quase cem anos e as guerras do Prata já haviam cessado há muito. O que tinha acontecido recentemente no Rio Grande do Sul eram conflitos internos de índole extremamente sangrenta e cruel (9). Assim, de 1893 a 1895, o Estado esteve mergulhado na Revolução Federalista, a guerra civil mais cruenta da história do Brasil, na qual morreram de dez a doze mil pessoas, numa população de um milhão de habitantes (10). Em 1923 houve um novo conflito interno entre os mesmos grupos envolvidos na Revolução Federalista, que terminou com um pacto que previa a impossibilidade de o presidente do Estado "eleger-se" novamente. Nessa época, os caudilhos eram figuras centrais nos conflitos e políticas do Estado.

Pode, portanto, parecer estranho falar-se, naquela época, sobre o caráter ordeiro e a índole pacífica do gaúcho brasileiro, quando acabava-se de viver momentos marcados por extrema belicosidade. Do mesmo modo, chama a atenção a preocupação constante de

(7) BARBOSA LESSA, L.C. *Os Doze Rio Grandes*. Porto Alegre, SAMRIG, 1981. Thales de Azevedo fala em três áreas do Rio Grande do Sul: a subárea gaúcha, a subárea colonial e a subárea rio-grandense original. Ver: AZEVEDO, T. *Gaúchos, Notas de Antropologia Social*. Bahia, Tipografia Naval, 1943.

_____. *Rio Grande, imagem e consciência. Os Brasileiros: estudos de "caráter nacional"*. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 1981.

(8) GOULART, J.S. *A Formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985, p. 108-109.

(9) *Sobre conflitos no Rio Grande do Sul*. Ver: MOTTA, J. do P. *República Fratricida. Revoluções Rio-Grandenses de 1835-1932*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1989.

(10) LOVE, J.L. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo, Perspectiva, 1975.

parte da historiografia gaúcha no sentido de frisar, a partir daquela época, o caráter não-separatista da Revolução Farroupilha, apesar desta ter proclamado a República Rio-Grandense. Essa preocupação já existia, é verdade, por ocasião do próprio movimento, que teve origem na insatisfação de estancieiros em relação à excessiva centralização política imposta pelo governo central e no sentimento que a província era explorada economicamente pelo resto do Brasil.

Em 20 de setembro de 1935, data em que se comemorou o centenário da Revolução Farroupilha, numa sessão cívica promovida no Rio de Janeiro pelo governo do Distrito Federal, um deputado federal pelo Rio Grande do Sul pronunciou um veemente discurso, no qual afirmou que, para os farrapos, a revolução "era o anseio de sua brasilidade; era o sentir do patriotismo gaúcho; era a confissão de que (...) eles queriam mostrar que eram brasileiros, que queriam viver, dentro da comunhão brasileira, ligados pela Federação dos Estados. Ninguém poderá obscurecer essa verdade brilhante". Assegurando que os rebeldes "foram, principalmente e acima de tudo, brasileiros", ele concluiu: "O meu brasileiro Rio Grande... Foi, pelo Brasil que lutamos, ontem, lutamos, hoje, e lutaremos, amanhã" (11).

Mais do que uma omissão escandalosa em relação ao que estava ocorrendo, o que se nota nos escritos desses intelectuais, quando insistem no não-separatismo da Revolução Farroupilha e nas diferenças essenciais entre o gaúcho brasileiro e o platino, é uma tentativa de afirmar a *brasilidade* do Rio Grande do Sul e de seus habitantes. Embora atualmente isso possa parecer supérfluo, convém lembrar que boa parte deles estava escrevendo antes ou logo depois de 1930, quando ainda não havia se consolidado a integração econômica e política do país. Um dos temas centrais da intelectualidade, naquela época, era o da formação da nacionalidade e da integração nacional. A Revolução de 1930, na medida que significou um processo crescente de centralização econômica e política, acentuou a idéia de unidade nacional e atribuiu ao Estado essa tarefa. É preciso, portanto, não só afirmar a brasilidade do gaúcho, mas também enfatizar seus traços positivos, mesmo que para isto seja necessário maquilar a realidade, passando por cima dos elementos que poderiam, eventualmente, ser considerados "bárbaros". Estes deveriam ser "exportados" para o outro lado da fronteira: o Prata.

As peculiaridades da relação entre o Rio Grande do Sul e o Brasil ficam evidenciadas de forma simbólica na bandeira do Estado que é formada por três faixas coloridas: uma verde, uma amarela (ambas evocando as cores da bandeira nacional) e no meio uma faixa vermelha, denotando o sangue que foi derramado na história do Estado. No centro desta faixa vermelha, que simboliza de forma tão veemente a quota de sacrifício paga por seus habitantes ao integrarem a Federação, há um brasão que contém, entre outras coisas, canhões, lanças, baionetas e duas frases: "Liberdade, Igualdade, Humanidade" (o lema dos farrapos) e "República Rio-Grandense, Vinte de Setembro de 1835", lembrando, constantemente, que, embora o Rio Grande do Sul faça parte do Brasil, já foi uma república independente, sendo que o episódio deve ficar bem presente na memória (12).

O Estado, neste século, esteve envolvido numa série de revoltas e movimentos que teriam um caráter "pedagógico", através do qual interveio na política nacional para dar-lhe outro rumo. Assim, a "Coluna Prestes", que foi um dos marcos do tenentismo, começou em 1924 em Santo Ângelo, na região das Missões (fronteira com a Argentina), com o jovem capitão do Exército Nacional, Luiz Carlos Prestes, posteriormente secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro. A marcha da Coluna Prestes durou mais de dois anos, indo até o Nordeste (através do Paraguai) para, voltando por Goiás e Mato Grosso, terminar na Bolívia num percurso de mais de vinte e cinco mil quilômetros.

A Revolução de 1930, movimento que teve origem no descontentamento das oligarquias periféricas e que colocou Getúlio Vargas no poder, também começou no Rio Grande do Sul. O movimento conseguiu fazer os políticos estaduais esquecerem suas clivagens internas em face do problema externo.

Em 1961, quando o Presidente Jânio Quadros renunciou e houve uma tentativa de não permitir que seu vice, o gaúcho João Goulart, assumisse a Presidência, foi novamente no Rio Grande do Sul que ocorreu uma resistência vitoriosa, denominada de "Legalidade". O golpe de 1964, embora não tenha se originado no Rio Grande do Sul, não se concretizaria sem a adesão do então III Exército, com sede em Porto Alegre, e que sempre teve o maior contingente de soldados do Brasil. Dos cinco generais que governaram o país de 1964 a 1985, três eram gaúchos.

Porém, se esses episódios significam a intervenção do Rio Grande do Sul na política nacional com o objetivo de corrigir os seus rumos, é interessante o fato de que, freqüentemente, seus habitantes continuam se queixan-

(11) RUSSOMANO, V. *A Revolução dos Farrapos*. Rio de Janeiro. Oficina Gráfica da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1935, p. 24, 30 e 34.

(12) Sobre a bandeira do Rio Grande do Sul, ver: SPALDING, W. *Bandeira, Brasão e Hino Rio-Grandenses*. Boletim do DAER do Rio Grande do Sul, ano 18, nº 69, 1955.

do de que o Estado não lucrou nada com sua intervenção. Novamente, o Estado estaria perdendo com o seu relacionamento com o Brasil. Assim, por ocasião do sesquicentenário da Revolução Farroupilha, o então Ministro da Agricultura e depois Governador do Rio Grande do Sul afirmou que "Nossa marginalização na vida política nacional tem causas próximas e remotas. As próximas são bem conhecidas: muitas de nossas lideranças estiveram, nos últimos vinte e poucos anos, intimamente associadas ao regime que se foi. O descrédito que cobriu o regime passado se estendeu naturalmente a parcelas de lideranças rio-grandenses. Mais grave que isso foi, contudo, o fato de tais lideranças terem participado da alta administração federal sem disporem de um projeto articulado de defesa e estímulo ao desenvolvimento do Rio Grande. Recebemos o descrédito e não ampliamos nossa faixa de participação no processo nacional de decisões. (...) A forma pela qual o Rio Grande participa da vida nacional está ancorada em dificuldades que vêm de longa data. Refiro-me à maneira tradicional de inserção do Rio Grande na política nacional. Nossa participação na vida política tem oscilado entre dois extremos. De um lado, a tendência a uma certa exclusão, ao isolamento, de outro, a participação periférica no sistema de poder central. Com a revolução de 30 nossos melhores quadros políticos e administrativos emigraram para o centro do país e ocuparam posições de destaque na administração federal. O projeto de modernização que se implantou a partir daí, entretanto, não contemplava o Rio Grande com uma posição destacada, equivalente à nossa contribuição para a direção da máquina estatal" (13).

O sesquicentenário da Revolução Farroupilha foi um marco amplamente comemorado. Entretanto, diferentemente do que tinha ocorrido cinquenta anos antes, foram frisadas as diferenças do Estado em relação ao Brasil e não à Argentina ou ao Uruguai. Isso tem de ser compreendido em função de vários fatores. Em primeiro lugar, devido ao fato de o Brasil estar fortemente integrado do ponto de vista econômico, político, de transportes, de redes de comunicação de massa, etc. Nesse sentido, a integração nacional ocorreu de forma muito clara. Não há mais, portanto, necessidade de enfatizar o quanto o Rio Grande do Sul pertence ao Brasil. Ao contrário, em 1985, o Estado, à semelhança do que ocorreria 150 anos antes, estava "de mal" com o Brasil, pois se considerava injustiçado e com seus bríos feridos.

Chama a atenção o fato de como são recorrentes os temas que ocupam os gaúchos em períodos tão diversos. Há uma constante evocação e atualização das peculiaridades do Estado e da fragilidade de sua relação com o resto do Brasil. O Rio Grande do Sul pode ser visto como um estado onde o regionalismo é constantemente repostado em novas situações históricas, econômicas e políticas. Apesar de as conjunturas serem novas e a roupagem dos discursos se modernizar, o substrato básico sobre o qual estes discursos repousam é surpreendentemente semelhante. Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que o gauchismo é um caso bem-sucedido de regionalismo, pois consegue veicular reivindicações políticas que seriam comuns a todo um estado. A continuidade e a vigência desse discurso regionalista indicam que as significações produzidas por ele têm uma forte adequação às representações da entidade gaúcha.

No final dos anos 70, tornou-se lugar comum afirmar que as tradições gaúchas estavam morrendo. A profecia não se concretizou, sendo que toda a década de 80 foi, na verdade, fortemente marcada pelo renascimento do gauchismo. Embora seja hoje predominantemente urbano e integrado ao Brasil, o Rio Grande do Sul tem experimentado um renascimento das tradições gaúchas, que muitos supunham definitivamente mortas ou restritas a bolsões de sobrevivência cultural. Este processo é responsável pela existência de, aproximadamente, mil centros de tradições gaúchas filiados ao *Movimento Tradicionalista Gaúcho*, que reivindica a posição de maior movimento de cultura popular do mundo ocidental, com mais de dois milhões de participantes, mais de quarenta festivais de música nativista, envolvendo um público de aproximadamente um milhão de pessoas, e vários rodeios. Esse crescente interesse pelas coisas gaúchas também ajuda a explicar o consumo de produtos culturais voltados a temáticas gaúchas: programas de televisão e rádio, colunas jornalísticas, revistas e jornais especializados, editoras, livros, livrarias e feiras de livros regionais, publicidade com referência direta aos valores gaúchos, bailões, conjuntos musicais, cantores e discos, restaurantes típicos com shows de músicas e danças gaúchas, lojas e roupas gauchescas, etc. Trata-se de um mercado de bens materiais e simbólicos de dimensões muito significativas, que movimenta grande número de pessoas e recursos e que, pelo visto, está em expansão.

Embora sempre houvesse consumo de produtos culturais gaúchos, este era bem menor e estava mais concentrado no campo ou nas camadas populares suburbanas e urbanas de origem rural. A novidade é constituída pelos jovens das cidades, em boa parte de

(13) SIMON, P. Marginalização política do Rio Grande. Zero Hora. Porto Alegre, 20 de setembro de 1985, Suplemento "Farrapos", p. 22.

classe média, que recentemente passaram a tomar mate, vestir bombachas e curtir música gaúcha, hábitos que perderam o estigma de grossura. Considerando que aproximadamente 75% da população do Rio Grande do Sul vivem em situação urbana, este mercado concentra-se em cidades e é formado, em boa parte, por pessoas sem vivências rurais.

Na década de 80, a identidade gaúcha transformou-se num móvel de disputas, caracterizado por intensas polêmicas (14). Embora procurando posicionar-se em campos opostos, os principais contendores - *tradicionalistas* e *nativistas* - no fundo estavam girando em torno do mesmo campo semântico: a figura do gaúcho, o modo de construí-la, os critérios para definir sua autenticidade, as instâncias de sua legitimidade e consagração, etc.

Os primeiros e mais antigos atores do gauchismo - os tradicionalistas - se constituem em um movimento organizado (Movimento Tradicionalista Gaúcho) (15) e atento a tudo que diz respeito aos bens simbólicos do Rio Grande do Sul, sobre os quais procuram exercer seu controle e orientação. Fazem parte, deste movimento, intelectuais com produção escrita, ocupando posições importantes em lugares estratégicos. Para eles, é fundamental demarcar quais são os "verdadeiros" valores gaúchos, daí a necessidade de se erigirem em guardiães da tradição. Manter a distinção entre o Rio Grande do Sul e o resto do Brasil seria uma forma de preservar a identidade cultural do Estado. Por isso, um elemento recorrente no discurso tradicionalista é a referência à ameaça que pairaria sobre a integridade gaúcha.

As ameaças à integridade gaúcha viriam de fora, através da massificação e da introdução de costumes "alienígenas" disseminados pelos meios de comunicação de massa, e de dentro, através das deturpações de "maus" tradicionalistas, do uso inadequado da indumentária por grupos artísticos, das aberrações nas coreografias das danças gaúchas, etc. Daí a necessidade imperiosa de definir o que é certo e o que é errado, ou do que é autêntico e o que é espúrio. Os tradicionalistas estão constantemente preocupados em demarcar fronteiras, separando o puro do impuro. Assim sendo, todo o cuidado é pouco para frear o que é cha-

mado de "atropelo na descaracterização da cultura e dos costumes". Toda essa preocupação se traduz na busca de normas e na elaboração de documentos que procuram traçar diretrizes.

Freqüentemente, os tradicionalistas atribuem a si o renascimento da cultura gaúcha. O Movimento Tradicionalista Gaúcho, entretanto, não consegue controlar todas as expressões culturais do Rio Grande do Sul, nem disseminar hegemonicamente suas mensagens. Atualmente, existem diferentes formas de ser gaúcho que não passam necessariamente pelos Centros de Tradições Gaúchas. O mercado de bens simbólicos gaúchos ampliou-se, sendo que novos atores passaram a disputar seus segmentos.

O outro grupo de contendores na polêmica sobre o gauchismo é formado basicamente por músicos e jornalistas que se denominam *nativistas* e que não aceitam o controle do Movimento Tradicionalista Gaúcho, a cujos membros eles apelidaram de "aiatolás da tradição", acusando-os de "patronagem cultural" e de "patrolhamento folclórico".

Os festivais de música transformam-se em arena, na qual essas divergências aparecem de forma mais nítida. Nestes há uma disputa constante entre tradicionalistas e nativistas, sendo que estes consideram seu estilo o oposto dos primeiros, que é rotulado como "cultura do nheco-nheco", isto é, pobre de recursos, calcada apenas no acordeom e sem a utilização de recursos eletrônicos, bem como presa aos temas surrados do passado. Já os tradicionalistas invocam sua autoridade que seria decorrente de terem sido eles os criadores dos primeiros festivais e precursores do renascimento das coisas gaúchas. Essas diferenças, apesar de gerarem acalorados debates, não são, entretanto, tão profundas, já que tradicionalistas e nativistas giram em torno da mesma temática.

Segundo uma pesquisa sobre os festivais, observa-se que esse debate se trava entre pessoas urbanas de classe média intelectualizada. Analisando a origem social de uma amostra de compositores dos mais importantes festivais de música do Rio Grande do Sul, Araújo mostrou que somente 20% deles viveram o cotidiano do campo em sua infância ou adolescência. A maioria nasceu e cresceu em cidades. Como estas eram predominantemente do interior, e com freqüência da região do Pampa, isto é invocado como justificativa de conhecimento da vida campeira. No que diz respeito à origem familiar, os compositores, em sua maioria, provêm de grupos possuidores de algum capital econômico e cultural, o que acaba refletindo-se no fato de que 85% deles tiveram passagem por algum curso universitário. Apenas 15% vivem de música (16).

(14) OLIVEN, R.G. A construção social da identidade gaúcha. A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação (Capítulo V). Petrópolis, Vozes, 1992.

(15) OLIVEN, R.G. Embusca do tempo perdido: o Movimento Tradicionalista Gaúcho. A Parte e o Todo: a Diversidade Cultural no Brasil-Nação (Capítulo IV). Petrópolis, Vozes, 1992.

(16) ARAÚJO, R. Sob o Signo da Canção. Uma análise dos festivais nativistas do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS. Porto Alegre, 1987.

Em que pesem as polêmicas, as diferenças entre tradicionalistas e nativistas estão no estilo. Os primeiros assumem quase deliberadamente uma posição mais conservadora e pouca elaborada, ao passo que os segundos seriam mais progressistas e inovadores, pretendendo fazer uma ponte entre o passado e o presente do Rio Grande do Sul. O que eles têm em comum, além da preocupação com as raízes gaúchas, é o fato de disputarem o mesmo mercado de bens simbólicos e utilizarem instâncias de consagração como os festivais de música, o debate jornalístico, etc.

À primeira vista, pode parecer estranho esse renascimento do gauchismo na virada do século, quando o Brasil já se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico, cultural, de transportes e de comunicação de massa. A crescente centralização econômica, política e administrativa e o desenvolvimento de sofisticadas redes de comunicação são freqüentemente considerados responsáveis pelo enfraquecimento do poder regional e pelo aprofundamento de um processo de homogeneização e padronização dos hábitos e atitudes da população. Apesar - ou talvez por causa - dessa crescente centralização, observam-se atualmente no Brasil tendências contrárias a este processo, que se manifestam através da afirmação de identidades regionais, das quais o Rio Grande do Sul é um exemplo expressivo.

O culto à tradição, longe de ser anacrônico, está articulado com a modernidade e o progresso. A evocação da tradição manifesta-se freqüentemente em épocas de processos de mudança social, tais como a transição de um tipo para outro de sociedade, crises, perda de poder econômico e/ou político, etc.

O Rio Grande do Sul é um exemplo expressivo desse fenômeno. Significativamente, o gauchismo ganha força outra vez quando o Rio Grande do Sul, Estado com um passado fortemente rural, mas cuja população em sua maioria já é urbana, sente que perde cada vez mais a importância que desempenha no Brasil.

Se o gauchismo reedita a tradição e a vida rural, ele o faz num estado urbanizado que se quer moderno. Pode parecer curioso que esse movimento lance mão de valores rurais e do passado quando o Rio Grande do Sul é predominantemente urbano e bastante industrializado. Isso leva alguns a considerar o fenômeno como um mero modismo passageiro ou como uma ideologia anacrônica, mas curiosamente eficaz. Entretanto, pela extensão e duração do fenômeno, é difícil rotulá-lo como modismo ou como ideologia ultrapassada. Em que pese o aspecto de moda que a publicidade é capaz de imprimir a qualquer fenômeno, esse

é bem mais duradouro que outras ondas. Da mesma forma, embora haja um número considerável de intelectuais apontando o aspecto ideológico e reacionário da volta a um tempo idílico que ou não existiu ou que não existe mais, essa denúncia também não resolve a questão. Nesse sentido, por exemplo, fica difícil explicar por que um estado no qual uma ideologia conservadora seria hegemônica tem uma tradição política oposicionista, sendo considerado a unidade federativa mais politizada do Brasil.

Ocorre que o fenômeno está longe de arrefecer e corresponde a uma tendência que se verificou no Brasil ultimamente. Com a abertura política que começou no final da década de 70, observou-se um intenso processo de constituição de novos atores políticos e de construção de novas identidades sociais. Tendo em vista que identidades são representações formuladas em oposição ou contraste a outras identidades, o que se busca são justamente as diferenças. Assim, a construção dessas identidades passa pela elaboração de traços da cultura brasileira, que são apropriados e usados como sinais diacríticos, isto é, que conferem uma marca de distinção a diferentes grupos sociais.

Pode-se estabelecer um paralelo entre o que se está ocorrendo atualmente no Rio Grande do Sul e o que aconteceu com o movimento modernista que começou em São Paulo. Os intelectuais da semana de 1922, num primeiro momento, enfatizaram a questão da atualização artístico-cultural do Brasil. Mas, a partir da segunda fase do movimento, os modernistas se deram conta que só chegariam ao universal através do nacional e o ataque ao passadismo foi substituído pela ênfase na elaboração de uma cultura nacional, ocorrendo uma redescoberta do Brasil pelos brasileiros.

O que se verifica no Rio Grande do Sul parece estar indicando que, atualmente, para os gaúchos só se chega ao nacional através do regional, ou seja, só é possível ser brasileiro sendo gaúcho antes. A identidade gaúcha é atualmente repostada enquanto expressão de uma distinção cultural em um país que tem dificuldade de aceitar a diversidade cultural e onde os meios de comunicação de massa buscam homogeneizar a sociedade culturalmente.

Quando se pretende comparar o Rio Grande do Sul ao resto do país, apontando diferenças e construindo uma identidade social, é quase inevitável que este processo lance mão do passado rural do Estado e da figura do gaúcho, por serem estes os elementos emblemáticos que permitem ser utilizados como sinais distintivos. ■